

Uma entrevista com Manuel Calado

Manuel Adelino Ferreira

Manuel Calado, 97 anos, é o decano dos jornalistas portugueses nos Estados Unidos. Natural de Soza (Sosa), aldeia do concelho de Vagos, Aveiro, Manuel Nunes Brito Calado, ou simplesmente Manuel Calado, emigrou para os Estados Unidos em 1948, aos 25 anos de idade. Tempos depois, ingressou no *Diário de Notícias*, de New Bedford, o “único jornal diário” em língua portuguesa, fora de Portugal e do Brasil, onde ao longo de mais de duas décadas – até ao desaparecimento do jornal, em 1973 – desempenhou as funções de “chefe de redação” com uma eficiência tão grande que deixou o seu nome indelevelmente ligado ao jornal. Hoje em dia, falar do *Diário de Notícias* e falar de Manuel Calado é uma e a mesma coisa.



Com quase cem anos de idade, tem uma memória privilegiada, como constatámos no decorrer desta entrevista, em que recorda episódios da sua infância e outros da sua vivência nos Estados Unidos relacionados com a sua vasta experiência “de jornalista, e não só”.¹

Conta-nos como foi o ingresso no *Diário de Notícias*:

Morava na Rivet Street, que era a mesma rua onde se localizava o jornal, e estava desempregado na altura. Como gostava de escrever, gosto que desenvolvi desde muito novo através da leitura de vários livros, um dia lembrei-me de enviar um texto para o *Diário de Notícias* a que dei o título de “Crónica da Minha Rua”. No dia seguinte, ao comprar o jornal, deparei, para espanto meu, que a minha crónica vinha publicada na primeira página e a duas colunas. Mediante isto, dirigi-me ao jornal para entregar a segunda Crónica. Foi então que João Rocha, que era o proprietário e diretor, me convidou para ingressar no jornal. Ainda hesitei, argumentando que não percebia nada de jornais e nem sequer sabia escrever à máquina. Mas, João Rocha insistiu no seu convite e eu acabei por aceitar e continuei a publicar “Crónica da Minha Rua” semanalmente, até ao desaparecimento do jornal, em 1973.

¹ Esta entrevista passou por uma leve revisão e foram reorganizados alguns excertos para sua inclusão neste volume.

Tem alguma memória da sua infância?

Nascido e crescido na vila de Soza, distrito de Aveiro, no longínquo ano de 1923, este “caladinho”, como o tratava a D. Odete, sua primeira professora, ia para a escola descalço, como todos os rapazitos da minha idade, e só calçava sapatos para ir à missa das onze, com o meu pai. Descalço era melhor para correr, jogar à bola, ir caçar grilos, ir aos ninhos e tudo mais que era próprio dos garotos da minha idade.

E na escola, sempre foi bom aluno?

Não, nunca fui grande coisa, e muitas vezes era o Adriano, um ano mais velho, que me ajudava a fazer os problemas. Tinha horror aos “quebrados”, e os números tinham dificuldade em entrar-me na cachola. Quando era o momento de pedir ajuda, tratava o Adriano, (por alcunha o “roubaco”), por “adrianinho.” E ele, depois das minhas lamúrias, cedia.

Quero dizer aqui num à parte, que o Adriano, que faleceu o ano passado, veio a casar com a minha primeira namorada, a Dionilde, que era minha comadre e filha do senhor Agostinho, que era secretário da Junta da freguesia, de que meu pai era presidente. Estão a ver como as coisas da vida se enleiam?

E aqui, tenho de pedir perdão à memória de meu pai, por me esquecer dos seus conselhos, de não ir à forja de ferreiro do Ti Sebastião, onde estavam homens de barbas que diziam asneiras e mais coisas que era pecado ouvir. E ele chamava, da nossa porta da rua, em voz alta, MANUEL, e eu, aterrado, saía a correr, sabendo que ia apanhar umas fortes palmadas no rabo. Quando era possível procurava refúgio debaixo do avental de minha mãe, que ela nunca me bateu uma única vez. Mas a minha memória era tão fraquinha que, ao outro dia lá estava de novo caído na forja do Ti Sebastião. Meu pai berrava o meu nome da porta da rua, e eu largava a correr. Minha mãe não me batia, mas também não me ajudava, porque isso seria faltar ao respeito ao pai. Era esta a maneira antiga de dar educação aos filhos.

Quando fui fazer exame da quarta classe, em Vagos, na volta, juntamente com os companheiros, atirei ao chão o livro de leitura, dizendo que não queria ver mais livros na minha frente. Os outros colegas ficaram meio aterrados com o meu deslante. Quando, afinal, estava destinado por “alguém” que não eu, que os livros seriam a parte mais importante da minha vida. Naquele momento, eu queria ser lavrador como meu pai, e noventa e nove por cento da gente da minha terra. Mas, o misterioso “livro” espreitava o momento certo da sua intervenção. E a leitura, até altas horas da noite, apossou-se de mim, como uma droga benfazeja, que me levava em busca de mundos desconhecidos. E assim cheguei à etapa dos vinte e cinco a agora?

[MAF – E, sem que o tenhamos interrompido, Manuel Calado prossegue na invocação das suas memórias do passado.]

A visita à Batalha, a Fátima e a vontade de urinar... episódios que mais marcaram as “memórias da minha infância”.

Ao ver, aqui há tempos, na RTPi, o Mosteiro da Batalha, uma das maravilhas arquitetónicas do nosso torrão de nasença, veio-me à memória o primeiro dia em que, com os meus 9 anos de idade, apreciei aquela joia de pedra lavrada, pela primeira e única vez. E a viagem foi-me oferecida pelo pároco de Soza, o Reitor Pericão. Porque nessa altura eu era um dos três rapazotes que ajudavam o Reitor à missa. Os meus colegas eram o Chico, por alcunha o “rolhas”, e o Adriano, o “roubaco”. Eu era conhecido como “minerro”. E o Reitor era um dos que, nos meses frios, juntamente com o professor e farmacêutico, Manuel Costa, e o primo Manuelzinho Brito, vinham aquecer as pernas ao lume em nossa casa, onde meu pai fazia uma fogueira enorme com achas de eucalipto. Que o meu pai

foi o primeiro a plantar eucaliptos em Soza. Assim como foi também o primeiro a ter bicicleta na terra. E eu, que lia o meu livro ao lado, presenciei um dia uma discussão séria entre o professor e o padre, sobre religião, e os humores cresceram de tal modo, que a certa altura o professor levanta-se fora de si, e agarra no mexedor da gamela da broa que minha mãe estava amassando, e queria-se ir ao Reitor, se não fosse meu pai intervir. Mas, no fundo, os dois homens eram amigos e, ao outro dia o padre estava caído na farmácia com os amigos pontuais.

Não havia café nem taberna, e a farmácia era o ponto de paragem dos intelectuais da terra.

E, um ano, o Reitor organizou uma pequena peregrinação ao santuário de Fátima, com meia dúzia de mulheres, e pediu ao meu pai para eu ir também, que ele pagava a despesa do comboio, que fomos a pé tomar, de madrugada, à estação de Quintãs. E eu, como ia só, fui entregue aos cuidados da Aidinha, uma das filhas do primo Manuelzinho Brito, um dos que iam aquecer as pernas às fogueiras de meu pai. E, quando passamos na Batalha, é sempre obrigatório visitar o Mosteiro da Vitória de Aljubarrota, que conhecia dos livros que havia lido. E podem imaginar a impressão do garoto de Soza, ante a imponente milagrosa daquele monumento fantástico de pedra rendilhada. E perguntava-me: como foi possível construir esta joia arquitetónica, ali, naquele local, junto duma pequena aldeia sem importância? Mas foi. A construção levou anos e estiveram envolvidos três reis. E as magníficas capelas imperfeitas, de tão belas e misteriosas, ficaram imperfeitas para sempre.

E hoje, com quase um século de vida, tenho gravada dentro da alma essa visão magnífica de algo que estava para além da minha capacidade de compreender o significado da luta sangrenta que levou à sua construção. Compreender isso, a mim, como ser pacífico, é tão difícil como compreender o mistério da chamada “Canção Nacional”. Ambos estão ligados à raiz da árvore humana que nós somos. E somos quem somos, e não há voltas a dar-lhe.

Da Batalha, seguimos até Fátima. A visita ao santuário de Fátima, onde fui pela primeira e última vez, causou-me a emoção natural de quem, vindo da sua pacata aldeia, fica como quem entra num mundo à parte, sem compreender a força misteriosa que impele multidões a agirem como um corpo único, movido pela força imutável da fé. Eu, rapazinho, não pensava ainda nestes termos. Tudo aquilo era mistério e, pela mão da Aidinha, para não me perder no meio daquele oceano humano, lá assisti, sentado no chão, à procissão do Adeus. Mas o pior foi durante a noite, tentando dormir na terra ao relento, quando me deu vontade de urinar. A Aidinha estava junto de mim, mas eu tinha vergonha. E quando julguei que ela estava a dormir, levantei-me devagarinho e corri, para uma moita de arbustos, junto da Capela original das Aparições, e estava em processo de esvaziar a bexiga, quando a Aidinha, não me vendo junto dela, vem a correr, aflita, para me retornar ao pequeno rebanho das mulheres do nosso grupo. E esta operação física foi a marca maior que a minha memória registou. Das cerimónias de pouco me lembro. Mas a visita à Batalha, e o ato de me levantar de noite, como coelho espavorido, para urinar, ficaram para sempre gravados no espólio da minha memória.

Como foi a sua vinda para os Estados Unidos?

Um dia, de repente, aparece em Soza uma americana, neta de família da ilha Terceira, com uma criança de três anos, para mostrar aos avós, meus vizinhos, visto o pai da criança, ter sido ceifado pelas balas nazistas, no assalto das tropas americanas à Normandia. E, tudo de acordo com o destino, estava escrito que devia ser ela o meu passaporte para as terras do Novo Mundo. Casámos em 1947, e eu cheguei a New Bedford, na noite de 3 de maio de 1948. Havia bastante desemprego. Os soldados vindos da Europa exigiam os trabalhos que haviam deixado, que as companhias eram obrigadas a restituir aos ex-combatentes.

Como se deu o ingresso no *Diário de Notícias*?

Quando cheguei a New Bedford, sem profissão específica, passei a viver na Rivet Street, na companhia de minha mulher e sogra, que estava já viúva. E assim, enquanto aguardava que o destino me dissesse qualquer coisa ao ouvido, ia lendo o que se passava no mundo no *The Standard Times*, de que minha sogra era assinante, e comprando o *Diário de Notícias*, que tinha a redação precisamente ao fundo da mesma rua. E um dia, servindo-me da frase que ouvira a um operário açoriano, perguntando a outro: “*tás trabalhando?*”, resolvi apanhar o momento e escrever uma crónica para o jornal, a que dei o título de “Crónica da Minha Rua”. E qual não é a minha surpresa quando no outro dia, ao comprar o jornal, vejo a minha crónica na primeira página, e a duas colunas.

Como podem calcular, fiquei fora de mim. Escrevi outra história, com o mesmo título de “Crónica da Minha Rua”, escrito à mão, claro, e fui entregá-lo ao jornal. Foi então que o diretor, o minhoto João Rocha, chamou-me ao seu gabinete e perguntou-me se eu queria trabalhar no jornal como redator. Eu disse-lhe que não tinha preparação, não sabia escrever à máquina, e que o meu inglês era rudimentar. O Rocha insistiu dizendo, sente-se aí, vá praticando em traduzir e escrever à máquina. E vamos ver o que sai daí. E eu assim fiz. Sentei-me a uma secretária, junto de António Cacula, que então estava na lista como redator-editor. E comecei a matraquear, a medo, numa velha máquina de escrever, um tanto acanhado, pois sempre fui um bocado tímido, “envergonhado”, como se dizia. Entretanto, chegou do serviço militar o redator que eu fora substituir, e eu disse ao diretor Rocha que, uma vez que ele tinha de admitir o empregado que havia ido para a tropa, eu estava disposto a dar-lhe o lugar que lhe pertencia. Mas João Rocha tinha o seu plano formado para despedir o outro redator, e eu ficar no seu lugar. Mas, como não queria fazer isso de caras, decidi promover-me a Chefe de Redação. Quando o outro empregado viu aquilo no canhenho do jornal, entendeu a vontade do diretor, e despediu-se.

E assim começou a minha jornada no *Diário de Notícias* de New Bedford, o único jornal diário em português, que jamais se publicou fora de Portugal e do Brasil.

Trabalhei no jornal por vinte e cinco anos. Como redator, cronista, comentador e tradutor das notícias internacionais, do *New York Times*, do *Boston Globe* e de todos jornais onde houvesse gente nossa, pois tínhamos correspondentes em todos os núcleos portugueses, desde Massachusetts à Califórnia. E assim, o lavrador de Soza, feito por suas próprias mãos à custa da leitura de imensos livros de todos os tipos, incluindo a revista *Vértice*, do grupo dos jovens neorrealistas de Coimbra, onde pontificavam os escritores jovens daquele tempo, opositores disfarçados da ditadura salazarista, da Pide e do Tarrafal.

Como nasceu o jornal?

O *Diário de Notícias* foi fundado pelo emigrante da ilha Terceira Guilherme Luiz que, não sendo jornalista, era um homem de iniciativa, tendo fundado, além do jornal diário, uma casa bancária, e uma agência de viagens e de seguros. O jornal foi comprado, alguns anos depois, por João R. Rocha, um minhoto aventureiro, que partiu para o Brasil sozinho, com apenas doze anos de idade, e veio para os Estados Unidos na década de crise de 1930, e por aqui se amanhrou como pôde, como vendedor de publicidade, tendo publicado um jornal semanário e uma revista, antes de adquirir o *Diário de Notícias*. Quando eu entrei, o jornal tinha uma dúzia de trabalhadores, seis na redação e escritório, e seis na tipografia. Tinha três linótipos de composição – uma máquina complicada para o tempo, e dispendiosa, onde as letras são fundidas em chumbo. E além de outros materiais, havia uma rotativa de impressão, que ocupava o espaço de uma pequena locomotiva. Tudo isto materiais que hoje só existem em museus. Quando iniciei a minha carreira no jornal, este já tinha vinte e cinco anos de

publicação. A minha carreira foi também de vinte e cinco anos, pelo que coube a mim, a triste função das exéquias finais, do último comentário e da última “Crónica da Minha Rua”.

Antes da minha chegada, o jornal teria sido influenciado, segundo me disseram, pelos portugueses foragidos, oposicionistas do governo de Salazar, como o escritor Rodrigues Miguéis (que pessoalmente não cheguei a conhecer), o ex-cônsul Abílio Aguas, residente em Taunton, o ex-ministro da Instrução da Primeira República, dr. João Camoesas, de New Bedford e outros. Nessa altura o jornal tinha uma linha de oposição combativa. Quando eu vim, essa linha era moderada, e o jornal publicava artigos de ambos os lados, desde Dutra Faria, um dos propagandistas do regime de Salazar, a Rocha Martins, fundista do jornal República, da oposição democrática.

Diziam os democratas locais que João Rocha se havia vendido à ditadura, por publicar os artigos e comentários da Agência ANI.

A mim, disse-me algumas vezes que o dinheiro que recebia da Casa de Portugal, em Nova Iorque, era para pagar os anúncios de meia página que o jornal publicava todas as semanas, de Portugal e dos produtos portugueses, como vinhos, sardinhas de conserva, turismo e outros. Quanto ao montante desses pagamentos, é segredo que o João Rocha levou consigo.

Quantas pessoas trabalhavam no jornal, na altura?

Ao todo, éramos 12: seis em cima e seis em baixo. A sede do jornal era num prédio de dois pisos. Em baixo, no primeiro piso, ficavam as oficinas de composição. Em cima, ou seja, no segundo piso, ficava a redação do jornal, e duas secretárias, encarregadas de todos os aspetos da contabilidade.

Recorda-se de algum comentário em particular que tenha escrito?

Os que nunca conheceram o *Diário de Notícias* de New Bedford que, depois de 50 anos de vida, deu a alma ao criador, dias depois da Revolução dos Cravos, em Portugal, perguntam como era esse “porigui paper”, que nasceu e morreu na cidade de New Bedford. Ora eu que nessa altura, por capricho do diretor, João R. Rocha, era “chefe de redação”, vou dar-vos um esboço da primeira página do dia 12 de novembro de 1957.

O ‘headline’, a toda a largura da primeira página, rezava assim: “O Homem lança-se na conquista do Espaço”, em letras garrafais. E em subtítulo, “São precisos biliões para um programa de tal natureza. Esse plano levará anos a realizar, declarou ontem um perito americano”.

Estávamos no princípio da era tecnológica em que nos encontramos hoje. E estas notícias saíam de New Bedford de camião ou de comboio ate à Califórnia, depois de passar pelas comunidades portuguesas onde havia correspondentes que, em troca, nos mandavam as notícias das festas e procissões, juntamente com os aniversários dos “nossos prezados assinantes”. E, juntamente com as notícias locais, de Portugal e do mundo, na última coluna da primeira página, obra do lavrador de Soza que, além de ser calado, gostava de dizer coisas, e que, nesse dia 12 de novembro de 1957, disse de sua justiça nestes moldes:

Os termos ciência e educação são palavras de ordem neste momento. Nós, nos Estados Unidos havíamos-nos de tal forma habituado à ideia de sermos superiores em tudo, que dávamos de barato todas as conquistas que pudessem ser feitas lá fora. Servido por uma imprensa profundamente regionalista – que entre as mordeduras de um cão na esquina do lado e as metamorfoses biológicas de um Jacques Benoit, não hesita entre as primeiras – o povo americano tem criado nos últimos anos, uma mentalidade estreita e exclusivista, que por falta de informação e cultura, só admite, como ponto de partida, o seu próprio ego. Este processo de desvirtuação do panorama humano, no sentido universal do termo, ajudado por

uma prosperidade extemporânea, deve ter criado aquele complexo egocentrista de que nos viríamos a arrepender um dia. E parece-nos que esse processo de arrependimento está já em marcha. Os comentadores da imprensa parece terem acordado de repente desse sonho de superioridade em que se embalavam. Afinal o mundo – constatam agora – não é apenas o nosso mundo do automóvel e do ice-cream. Todavia é preciso cuidado com este acordar estremunhado em que se fala de ciência e mais ciência. Evidentemente que precisamos de cientistas, pois a hora pertence à tecnologia. Mas devemos lembrar-nos que o cientista não é apenas uma coisa, mas um homem também. A preparação do cientista e, afinal do povo americano em geral não pode ser feita à pressa sem levar em linha de conta os elementos que entram na preparação do carácter. A ciência, só por si, não supre todas as necessidades humanas. A literatura, as artes e humanidades são elementos constitutivos da personalidade, do verdadeiro homem americano, predomina a lei do menor esforço. O ensino de línguas não se pratica. Depois a preparação académica, tem apenas um fim prático em mira: um emprego rendoso. Precisamos de mais cientistas, é verdade, mas também de pessoas mais cultas, com uma visão mais vasta dos problemas do mundo e da sociedade, dividida ao longo das linhas da raça, da religião, e do dinheiro.

Sabemos que esteve ligado à rádio. Conte-nos como começou essa ligação.

Depois do fecho do jornal, ingressei na estação de rádio que hoje é conhecida como WJFD, fruto de um programa de rádio fundado por mim e por António Alberto Costa, a que demos o nome de “Ecos de Portugal”, o primeiro programa de rádio em português que transmitia simultaneamente nas bandas AM e FM. E, devido à minha experiência jornalística, passei a ser, além de locutor, noticiarista, cronista, comentador e poeta. E, se não é pecado pôr mais uma flor na lapela do meu casaco, direi que não vejo ainda por aí alguém, em rádio portuguesa ou americana, que faça outro tanto. Mas, tudo tem o seu princípio e o seu fim. E o pequeno lavrador de Soza, autodidata, nonagenário, humilde e “envergonhado” parece estar cada vez mais sensível aos sofrimentos da humanidade, e qualquer gesto de bem fazer me sensibiliza até às lágrimas. Este é o lado da minha mãe, a quem lembro todas as noites.

Quantas pessoas trabalhavam na redação do jornal?

Para além do diretor, João Rocha, do redator António Cacela, que era mais velho do que eu, e do empregado que eu fora substituir, tínhamos colaboradores que nos enviavam regularmente os seus escritos. Acrescento que senti pena que o redator que eu fora substituir optasse por se despedir. No reduzido tempo que trabalhamos lado a lado, eu até estava simpatizando com ele. Íamos almoçar juntos, trocávamos opiniões e, durante as conversas, ele me disse que era sobrinho, ou primo do célebre almirante Henrique Tenreiro, um homem rico, amigo de Salazar, que controlava então o negócio do bacalhau em Portugal. Verdade ou não, o apelido era igual, e eu tinha-o como tal. Quanto a qualquer coisa escrita em que ele pudesse pôr o nome por baixo, não era com ele. Mas eu gostava da sua companhia. Porém, o diretor Rocha, talvez por razões económicas, viu que ele estava a mais no seu orçamento, e o estratagema de me promover a mim, o mais pexote na casa, a chefe de redação foi um insulto que ele não podia tolerar. Mas teve sorte, porque conseguiu um lugar no escritório de uma empresa local, e esteve lá até à reforma.

O outro companheiro, talvez até mais velho do que o Rocha, e que figurava como editor, era o António Cacela, irmão do padre Cacela, que tinha uma espécie de igreja em Nova Iorque, onde ministrava aos portugueses e latinos daquela cidade. Mr. Cacela era um homem simples e simpático, que conversava comigo sobre coisas da ciência e do futuro. A era da televisão estava em processo de

vir à luz, e no intervalo das traduções nós conversávamos sobre o fantástico futuro que estava prestes a nascer. E a sua curiosidade era tal que comprou um pequeno telescópio, para ver “as terras do céu”. E um dia à noite fui a sua casa, para ver a lua. Era uma noite de luar intenso, e digo-vos que fiquei admirado com a nitidez do espetáculo. Via-se nitidamente a superfície do astro lunar toda escavada de crateras. E como vem a talhe de foice, digo-vos uma coisa, que até tenho remorsos em mencionar. Segundo as regras do João Rocha, as traduções que Mr. Cacula fazia eram passadas para mim, para qualquer emenda. E digo aqui o que nunca disse a ninguém, que às vezes, as emendas que eu fazia eram quase tantas como a escrita. Talvez devido à idade, o simpático homem estava a desfazer-se. E eu pensava, naquele momento, que alguém, algum dia, me ia fazer a mesma coisa. No escritório, havia duas empregadas, que mandavam “os bêlos” aos assinantes, desde o Atlântico ao Pacífico.

É verdade que, a partir de certa altura, o governo português intervinha financeiramente no jornal e tentava controlar a informação veiculada?

Não sei se isso é bem assim. A mim, que me considero do centro esquerda, e os meus escritos isso refletiam, posso garantir que nunca ninguém me tentou controlar.

Além da agência ANI, órgão do governo, e de jornalistas como Dutra Faria e outros, todos ligados ao homem de Santa Comba, tínhamos o padre Alves Correia, refugiado político, escritor e professor na Universidade Duquesne, na Pensilvânia, que nos mandava um artigo todas as semanas, e o padre Dinis da Luz, jornalista açoriano em Lisboa. Aos comentários diários que eu fazia, imprimia uma linha “nem muito ao mar nem muito à terra”, de cunho liberal e humanista, de acordo com o que havia absorvido dos intelectuais neorrealistas e da sua revista *Vértice*. É interessante notar que o João Rocha nunca me censurou os comentários. O que eu escrevia, ia para a redação sem passar pela sua secretária.

Fale-nos do conflito entre os “lisboas” e os açorianos e a “caça aos comunistas”.

Nesse tempo a comunidade portuguesa estava mais dividida. Os açorianos dividiam-se ao longo da terra de cada ilha. Reuniam-se na sua igreja, nos seus clubes, nas suas celebrações tradicionais. Cada ilha mantinha a sua individualidade própria. Ainda hoje isso se dá, mas sem rivalidade. Nesse tempo os continentais e os madeirenses eram estrangeiros. Os continentais eram conhecidos e malqueridos, como “lisboas”. Disseram-me que alguns dos mais velhos açorianos diziam que preferiam ver as suas filhas num caixão do que casadas com um “lisboa”. Por seu lado, os madeirenses mantêm vida própria e diferente, ainda não admitem na direção dos seus clubes ou organizações alguém que não seja da Madeira. E essa tradição continua a manter-se.

A quezília contra os “lisboas” nasceu também da atitude gabarola com que aqui chegaram alguns continentais, que se julgavam superiores aos açorianos, e estes ressentiram-se, e com razão. E depois tinham a mania de ser “engatatóes”; causaram alguns estragos entre as moças açorianas, coisas que os ilhéus não podiam admitir. E a solução foi criar clubes continentais. E nasceu o Clube Republicano, para acolher os refugiados políticos da ditadura salazarista, clube que anos mais tarde foi forçado a encerrar, quando a América foi tomada por uma onda anticomunista, e alguns dos antissalazaristas foram investigados. Uma portuguesa foi deportada, e alguns temeram pela sua segurança. E muitos continentais antissalazaristas foram obrigados a baixar a crista. O jornal *The Standard Times*, que era republicano, chegou a contratar um espião português para identificar os “comunistas” da comunidade portuguesa. Claro, não havia comunistas, apenas antissalazaristas. Eu, que estava no *Diário de Notícias*, devido aos meus escritos de caráter um pouco à esquerda do centro, sobre mim recaíram algumas suspeitas, insufladas pelo cônsul Vilela, que era inimigo do João Rocha. E um dia, o dito espião português foi a minha casa, para me conhecer e apoiar os meus artigos no jornal, e começou por falar-me nos “nossos amigos”, para a direita, os “nossos amigos”, para a esquerda; chegou a

mentonar o escritor Rodrigues Miguéis (que não conheci pessoalmente, e que antes do meu ingresso no *Diário de Notícias* terá publicado algumas crónicas no jornal), e eu fiquei indeciso, sem saber qual fora a finalidade da sua visita. Só depois me disseram que o visitante, que por acaso, era irmão do meu barbeiro, era espião.

Ainda acerca dos “lisboas”, chegaram realmente aqui alguns caracteres de maus fígados, tiveram encrencas sérias com a polícia. Alguns eram homens de navalha de ponta e mola, e quando havia bulhas, alguém ficava sangrando. Não tive conhecimento direto de nenhum desses incidentes. Mas, segundo o João Rocha, os homens que tiveram lutas com a polícia fugiram para a zona de Ludlow, onde existe uma numerosa comunidade continental, e nunca foram apanhados.

Conte-nos um episódio, ou vários, que mais o marcaram na sua vida jornalística, de preferência das décadas mais antigas.

Há variados e muitos episódios que passo a recordar:

Presidente da Sociedade Pedagógica Portuguesa

Quanto à “vida social” não foi por aí além. Fizeram-me presidente da Sociedade Pedagógica Portuguesa, criada para dar bolsas de estudo a alunos que tencionavam seguir a carreira universitária, e durante o meu mandato, de quatro anos, foram galardoados dez alunos todos os anos, com mil dólares cada. A festa de entrega realizou-se sempre no salão do New Bedford Hotel.

Devo acrescentar que o meu papel de presidente foi facilitado pela professora Laurinda Andrade. Ela é que era a presidente real. Era uma mulher inteligente e portuguesa dos quatro costados. Devese a ela a introdução do ensino da língua portuguesa no liceu de Bedford. Nas reuniões que haviam de vez em quando eu era o único homem entre um numeroso grupo de mulheres. Eu, com o maço na mão, para assinalar o princípio e o fim da reunião, e a Laurinda, com sua voz possante, é que dizia o que se estava planeando, e eu dava a martelada final, e pronto.

Mas as festas que estas senhoras faziam eram acontecimentos sociais importantes, pois havia sempre um convidado especial, como o embaixador português ou brasileiro, ou alguém da política americana, como John Kennedy, quando foi candidato à presidência dos EUA.

Havia um industrial português, no Brasil, que quando vinha ao médico, em Boston, contribuía sempre com mil dólares para o fundo de bolsas de estudo. Mas, como tudo tem princípio e fim, já não sei se a Sociedade Pedagógica ainda existe. Que eu saiba, não.

A propósito de uma dessas festas no New Bedford Hotel, lembro-me que os convidados vinham entrando, entre eles a esposa do embaixador brasileiro, toda espampanante, num casaco com penas de pavão. Eu, e outros mirones estávamos apreciando o espetáculo e, ao pé de mim, estava o Abílio Águas que, embora careca, era uma figura de autêntico diplomata, e quando a senhora ia a passar, ele cumprimentou-a e beijou-lhe, cerimoniosamente, a mão. E eu, que ia atrás do Águas, peguei também na mão da senhora e, com o meu melhor sorriso, dei-lhe um beijinho de imitação. Mas não me senti bem, com a minha mão esguia de lavrador, na mão fina e macia da senhora embaixatriz. O Águas, embora careca e surdo, ocupara cargos diplomáticos no continente, em África e aqui, e era casado com a filha do académico que interpretou os “gatafunhos” da conhecida Pedra de Dighton, que atribuiu a navegadores portugueses.

A ligação a António Alberto Costa e a “gorjeta” do Dinis

Parece-me que chegou o momento de mencionar um homem que esteve diretamente envolvido no meu percurso como elemento da “onda” ciclópica da informação social. E esse homem, com quem estive ligado por mais de duas décadas, foi António Alberto Costa. O António trabalhava com um dos linótipos de composição, logo à entrada da porta da oficina do jornal. Foi a ele a quem entreguei a minha primeira “Crónica da Minha Rua”. Mais novo do que eu, com seu verniz lisboeta, mais

desenvolto, mais atiradiço, tinha uma costela de “showman”; gostava do espetáculo, de se mostrar em público e alcançou popularidade entre a nossa gente. Organizava festas e espetáculos, teve um programa na televisão, além do programa na rádio, que nós fazíamos, primeiro juntos, e depois separados, ele iniciou uma “linha aberta”, e eu lia, além das notícias, os meus comentários e poesias, juntamente com a publicidade que cada um conseguia junto do comércio, pois sem dinheiro não havia música pra ninguém.

O António era um rapaz de sonhos e iniciativa, e quando decidiu sair do jornal montou uma casa de importação de faianças portuguesas e teve algum sucesso. E quando o programa inicial se transformou numa emissora de 24 horas por dia, ele tentou comprá-la, mas o seu advogado, Edmundo Dinis, achou que ele é que devia ser o proprietário, e assim aconteceu. E o programa “Ecos de Portugal”, por nós fundado, é hoje a maior rádio portuguesa na América, a WJFD. Com o fim do jornal, continuei ligado à rádio, como diretor de notícias, até à minha aposentação. Ao mesmo tempo colaborava no *Portuguese Times*, com uma crónica semanal, a qual era lida todos os domingos no *Portuguese Channel/Canal Vinte*. No tempo de Edmundo Dinis, ele dava-me um subsídio extra, pois além das notícias, ele queria três crónicas semanais, à segunda, quarta e sexta. Não sei se o seu português percebia tudo o que eu dizia, mas, aparentemente, os sons das minhas falas caíam-lhe bem, e para isso, além do salário, dava-me uma “gorjeta”.

“Falando fiz a minha vida” e outras histórias

Tenho aqui mais meia dúzia de notas sobre um indivíduo que, calado, fez a sua vida falando. Sim, sempre falando. Foi este o meu emprego, o meu fado e, sem dúvida, o meu fim será mesmo ficar calado. Já fiz publicamente os convites para o meu último almoço que, mesmo calado, quero partilhar com todos vocês. E seria talvez interessante se os ovos e o bacon fossem acompanhados com alguns dos meus poemas, com música suave que, decerto, não vão interferir com a vossa digestão. Dito isto, vou ver se tiro da memória já um tanto desmiolada, algumas das primeiras impressões da chegada. Minha mulher era descendente de gente da ilha Terceira, e sua mãe, que faleceu com 104 anos de idade, chegou aqui com dois anos e meio. Veio com o pai e mais quatro irmãos. A mãe e esposa do pai ficou lá na ilha, e mais tarde veio com mais cinco filhos. Ao todo, dez irmãos, cinco rapazes e cinco moças. Estas distinguíam-se pela cor do cabelo, não loiro, mas vermelho. Descendentes, decerto, de imigrantes do norte da Europa. O pai, João, conhecido como o “carcereiro”, para manter a numerosa família, trabalhava como estivador, doze horas por dia. Contava a minha sogra que, no inverno, saía de noite e entrava de noite, pelo que só o viam ao domingo para ir à missa. Por aqui se pode avaliar o sacrifício desses primeiros imigrantes.

E eu, que sempre gostei de estar na cama de manhã, arrepia-me só em ouvir minha sogra contar a sua vida de criança, e os sacrifícios do pai. A vida da comunidade portuguesa em 1950 era muito diferente. Nesse tempo, a maioria dos imigrantes eram analfabetos. Viviam como sabiam e com todos os preconceitos que haviam trazido no saco do queijo e da linguiça. Muitos haviam chegado no tempo da grande depressão, das décadas de vinte e trinta, e alguns foram forçados a regressar a penates por caridade, e perderam tudo o que haviam conseguido amealhar. Muitas famílias utilizavam a banheira para salgar o porco.

Amália Rodrigues e o (não) gosto pelo fado

Recordo um episódio que estava perdido no canto da memória. É que, ainda antes de trabalhar no jornal, eu havia escrito uma crónica contra o fado, que o Rocha publicou na primeira página. Era coisa nova cá na “colónia”, e como ele gostava de aticar os humores, e criar algum interesse à volta do “papel”, a resposta à minha ousadia de garoto não se fez esperar. Saiu-me ao caminho o então secretário-geral da União Portuguesa Continental, antigo jornalista e funcionário do Consulado de Portugal, de Boston, homem inteligente e simpático com quem mais tarde vim a contactar de perto,

porque ele escrevia uma página-anúncio, todos os meses sobre o movimento da associação, que tinha sucursais em todos os núcleos portugueses de Nova Inglaterra. E com os argumentos normais de quem percebe de fado, deu-me uma sova mestra.

Ora eu, que tinha ainda a fervilhar no bestunto as teorias e conceitos humanistas dos neorrealistas de Coimbra, através da sua revista *Vértice*, não respeitei o meu apelido e volto à carga com novo artigo, expondo as minhas razões anti-fadistas. O Aníbal Branco volta a responder, e andamos ali umas semanas debatendo a essência da nossa “canção nacional”. Que eu, nessa altura do meu crescimento intelectual, considerava o fado como uma “canção decadente”, de taberna, faca e alguidar, amores traídos, desgraças, e tudo de mau que pude imaginar. E que as verdadeiras canções nacionais, eram o corridinho, o bailinho, a chamarrita e todas as canções do povo. E citei a frase de um filósofo espanhol, de que os portugueses eram um povo triste, com o destino escrito na palma da mão: “Para los portugueses, el sol no nace nunca, muere siempre.”

E foi com esse mesmo sangue na guelra que, quando Amália Rodrigues veio à América pela primeira vez, contratada por Francisco Oliveira da “Hora Portuguesa”, eu, armado em jornalista, fui entrevistá-la, e disse-lhe logo entrada, “olhe que eu não gosto do fado”. Amália, que era ainda uma jovem donzela, sorriu, acanhada, e tivemos depois uma breve conversa amigável cujo conteúdo não me recordo. O meu colega, António Alberto Costa, lisboeta ferrenho, percebia mais de fado do que o provinciano que eu era. Mais tarde vim a perceber que havia no fado mais qualquer coisa do que amor, pinga e faca. Hoje considero o fado como uma espécie de filosofia astral, parente do sangue e da raça do povo que nos gerou

Agradecimento e “pé na poça”

Depois da nota sobre o fado, parece-me que é tempo de encerrar esta breve história de alguém que, vindo da terra lusa, procurou na terra de índios de além-mar, o sonho dos “sem terra” do mundo em redor. E, em vez de terra, encontrei na palavra escrita e lida aos microfones da rádio e televisão, instrumentos máximos da era da informática, de uma carreira que se prolongou até aos 85 anos da minha já longa existência, e dela fiz a minha vida, o meu espaço e maneira de estar no mundo. E além de tudo o que disse e fiz nessas dezenas de anos de convivência com os meus irmãos da diáspora, pouco resta, além de algum velho jornal que resistiu ao destino de ir para o lixo embrulhado em cascas de batatas e escamas de peixe, e duas dezenas de Placas, “Resolutions”, “Citations”, do estado de Massachusetts e de clubes e organizações de New Bedford e Fall River, do *Portuguese Times*, do *Jornal*, de Fall River e do *Jornal da Bairrada*, e ao centro de todos esses enfeites, a Comenda da Ordem de Mérito do governo de Portugal. Tudo isso não é dinheiro, mas simplesmente a prova de que alguém na plateia bateu palmas ao lavrador, armado em homem de letras e palavras, que encontrou o sonho que procurava, de ser jornalista.

E depois de tudo isto, que mais vos posso dizer? Em primeiro lugar, agradecer a uma pessoa ilustre que se interessou em que eu dissesse algo de minha justiça para a sua revista literária. E eu, que estava em processo de fechar definitivamente o saco das palavras, não muito entusiasmado, cedi, porque uma memória batida e danificada por noventa e sete longos anos de uso, já não possui a agilidade iconoclasta de dizer na cara da nossa rainha da canção nacional, que não gostava de fado. Hoje, neste estádio da minha carreira, sinto-me às vezes envergonhado por muitas coisas e situações em que estive envolvido, e um rubor sobe me às faces como se tivessem acontecido agora. A Dona Memória, tão velha como eu, gosta de pregar partidas, e coloca-nos diante dos olhos da alma, situações ocorridas há dezenas de anos, em que metemos a “pata na poça”, como diria Raúl Solnado.

Ainda continua ligado à comunicação social?

A rádio e televisão já não. Mas continuo a publicar crónicas no *Portuguese Times* e no *Jornal da Bairrada*.